

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

**Aprovo o presente Projeto Básico, nos
termos da Lei 8.666/1993.**

Em: ___ / ___ / 2020

Juan Mendes da Silva
Secretária de Estado da Saúde
Decreto nº 1722

AQUISIÇÃO DE PRODUTO PARA SAÚDE EM CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS

MACAPÁ-AP
2020

1. OBJETO

O objeto do presente instrumento é a aquisição dos medicamentos Valproato de Sódio associado ao Ácido Valpróico (333mg+145mg) e Oxcarbazepina 600mg para cumprimento de ordem judicial constante no **PROCESSO nº 1001021-74.2019.4.01.3100 3ª VARA FEDERAL**, em favor de Hildeny Tatiana da Cunha Ferreira. O referido processo de aquisição deverá ser realizado na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos neste **PROJETO BÁSICO**.

2. JUSTIFICATIVA

Esta aquisição visa atender demanda judicial que determinou o fornecimento dos medicamentos Valproato de Sódio associado ao Ácido Valpróico (333mg+145mg) e Oxcarbazepina 600mg para a paciente diagnosticada com tumor cerebral – meningioma, em 2018 foi submetida à microcirurgia para ressecção do tumor e evoluiu com quadro de epilepsia secundária de difícil controle, sendo fundamental o uso contínuo dos dois medicamentos associados para o controle das crises convulsivas. Quanto ao uso da Oxcarbazepina, asseverou a imprescindibilidade do medicamento ante os efeitos colaterais importantes à substância carbamazepina, não obtendo eficácia terapêutica com seu uso.

Os medicamentos não são padrão do SUS, não constando na RENAME 2020. Portanto, não estão incluídos na Programação da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, não havendo processo para aquisição, o que implica no seu estoque irregular (zerado).

Considerando que o prazo para cumprimento da ordem judicial é de 15 (quinze) dias, é inviável realizar procedimento licitatório regular devido à necessidade de, aproximadamente, 120 dias para conclusão do processo nessa modalidade.

Face ao apresentado, recomendamos a aquisição dos medicamentos Valproato de Sódio associado ao Ácido Valpróico (333mg+145mg) e Oxcarbazepina 600mg, com base no Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

3. GERENCIADOR DO CONTRATO

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Amapá (SESA) por intermédio da Superintendência de Atenção à Saúde (SAS), exercerá o papel de gerenciador do presente instrumento, tendo em vista esta ser a responsável pelas demandas judiciais relacionadas a materiais médico-hospitalares e medicamentos.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTIDADES

4.1. O objeto a ser fornecido deverá atender as especificações técnicas mínimas e quantidades constantes no **Anexo II** deste Projeto;

4.2. A determinação do processo judicial estabelece que o fornecimento dos medicamentos deve ser contínuo, porém, devido a necessidade de celeridade exposta no item 2 deste Projeto Básico, a estimativa para essa aquisição foi estipulada para o período de 6 (meses), prazo suficiente para que seja realizado processo licitatório regular para manutenção do tratamento de forma contínua.

4.3. Os objetos ofertados devem obedecer ao disposto na Lei 6.360/1976 e estar em consonância com a IN nº 03/2017 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

4.4. Os produtos a serem fornecidos deverão possuir REGISTRO em validade emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

4.5. Os produtos devem estar de acordo com as normas sanitárias vigentes.

5. METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

Adotar-se-á como critério de adjudicação o MENOR VALOR POR ITEM.

6. DA NÃO APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 108/18 (ESTATUTO ESTADUAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA, DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL)

O tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedor individual não será aplicado aos lotes deste certame, uma vez que os itens apresentam características semelhantes e necessitam ser fornecidos de forma ágil, ademais o histórico das licitações exclusivas (ou com cotas reservadas) realizadas pela SESA/AP resultaram em licitações desertas ou fracassadas para os certames da aquisição de itens para uso em saúde, o que leva a SESA/AP ao agrupamento de determinados itens/materiais, principalmente aqueles que apresentam valores menores, tornando-os mais atrativos aos pretensos licitantes, possibilitando até mesmo negociações e resultados satisfatórios, assim norteando o não atendimento a essa condição, justificando, assim, a realização de certames com ampla participação.

Além disso, a criação de cotas reservadas tornaria mais oneroso o trabalho da Administração Pública, sob o aspecto da utilização de recursos humanos e da dificuldade de controle, de modo que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais

vantajosa para a Administração, bem como representaria prejuízo ao conjunto do objeto em virtude da variedade de fornecedores. Somado a isto já se obteve em processos da SESA/AP itens com diferença percentual de cerca de 40% a mais em um mesmo item adjudicado por empresas diferentes, em virtude da cota reservada.

Tal exceção quanto a não aplicação do tratamento diferenciado de ME e EPP nos processos de Aquisição de materiais para uso em saúde desta secretaria encontra guarida no inciso II, art. 22 da Lei Complementar Estadual nº 108/2018 e inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DA VALIDADE DO CONTRATO

7.1. O prazo de validade do contrato será de 6 meses; e

7.2. O Contrato estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado, até a conclusão do processo licitatório regular, desde que seu valor seja mais vantajoso, ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Durante o fornecimento do objeto deste Projeto Básico será exigido que a empresa fornecedora mantenha-se em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação para a contratação com a Administração Pública, referentes às regularidades perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao INSS, ao FGTS, à Procuradoria Geral do Estado e ao Ministério do Trabalho (CNDT);

8.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, no qual conste o fornecimento de um dos itens deste processo;

8.3. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, em plena validade, se for o caso;

8.4. Certificado de Autorização Especial – (AE), da sede da licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para medicamentos sujeitos a controle especial, nos termos da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1988 quando necessário;

8.5. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), expedida pelo órgão competente Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária da sede do licitante, conforme disposto no art. 50 da lei nº 6.360/1976;

8.6. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual ou Municipal, da sede do Licitante, consoante ao disposto no art. 51 da lei nº 6.360/1976.

9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros necessários e suficientes ao pagamento pela aquisição dos medicamentos constam do orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO AMAPÁ, através:

Ação: 2658 – Manutenção de serviços administrativos – FES/SESA

Subação: 000550 – Manutenção de serviço administrativo – FES/SESA

Natureza de Despesa: 339091 – Sentenças judiciais;

Fonte: 107

Dotação Atual: Constante no exercício de 2020.

10. DA PROPOSTA

10.1. A proposta das empresas deverá conter a descrição do produto, a marca, o fabricante, tipo de embalagem, número do registro do Ministério da Saúde e, quando necessário, certificado do INMETRO em caso de certificação compulsória (podendo ser a impressão atualizada do site). A proposta deverá fazer referência ao número do item correspondente neste Projeto Básico;

10.2. O licitante deverá enviar bula, manual, folder ou prospecto dos objetos arrematados devidamente identificados anexos à proposta, que deverá ser enviada no e-mail cogec.licitacao@saude.ap.gov.br, para avaliação de conformidade técnica;

10.3. Deverá ser entregue junto com a proposta a comprovação do registro do item no Ministério da Saúde, podendo ser o certificado do Registro do Ministério da Saúde ou a impressão atualizada constando data e hora da impressão do site da ANVISA, contendo os detalhes do produto. Em caso de registro vencido, o fornecedor deverá apresentar as Certidões de Registro vencidas acompanhadas dos respectivos pedidos de revalidação, para averiguação do prazo previsto no art. 8º do Decreto Federal nº 8.077/13. O número de registro do produto deve fazer referência ao número do item correspondente no Projeto Básico;

10.4. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/13, deverão ser apresentados o cadastramento ou a comprovação de dispensa. O certificado de dispensa de registro do produto deve fazer referência ao número do item correspondente no Projeto Básico.

10.5. Caso a equipe técnica julgue necessário poderá solicitar outros documentos de ordem técnica.

11. DA AMOSTRA

11.1. Caso a equipe técnica julgue necessário, será solicitada amostra física à empresa arrematante visando balizar a análise e o parecer definitivo;

11.2. Quando solicitado, deverão ser apresentadas amostras, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na Secretaria de Estado de Saúde, Coordenadoria de Gestão de Compras (COGEC), localizada na Avenida Fab, nº 910, Santa Rita, CEP: 68.901-259, Macapá-AP, no horário das 08h às 12h. O prazo poderá ser prorrogado desde que seja feita solicitação devidamente justificada pelo licitante e aceita pela Administração.

11.3. O prazo acima se faz necessário em virtude da necessidade de cumprir com o fornecimento da medicação;

11.4. A amostra deverá ser entregue em sua embalagem original de fabricação e apresentação;

11.5. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca;

11.6. As amostras serão analisadas pela equipe técnica da SAS/SESA a fim de verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações deste Projeto Básico;

11.7. A falta de apresentação da referida amostra no prazo estabelecido ou sendo a mesma incompatível acarretará na recusa da proposta;

11.8. A apresentação das amostras poderá ser dispensada, a critério da equipe técnica nos seguintes casos:

- a.** Os produtos ofertados já tiverem sido analisados e aprovados pela equipe técnica; ou

b. As informações relativas às marcas, referências, materiais promocionais, catálogos etc., permitam à comissão responsável pela avaliação das amostras verificar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações contidas neste Projeto Básico.

11.9. Será rejeitada a amostra que:

- a.** Não apresentar as características físico-químicas do produto, conforme descrito neste Projeto Básico;
- b.** For de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta;
- c.** Não corresponder à composição, medidas, forma de embalagem do produto;
- d.** Não apresentar regularidade sanitária, conforme legislação vigente;
- e.** Não for entregue em sua embalagem original de fabricação e apresentação.

11.10. Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos e submetidos a testes em equipamentos específicos quando necessário;

11.11. Os produtos apresentados como amostras serão devolvidos no estado em que se encontrarem ao final da avaliação;

11.12. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, as mesmas poderão ser substituídas, ajustadas ou modificadas;

11.13. A amostra deverá ser devidamente identificada com o nome do fornecedor que a apresentou, dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca;

11.14. A amostra apresentada poderá ficar provisoriamente retida para exame de conformidade com o material entregue quando do fornecimento;

11.15. As amostras retidas estarão à disposição dos responsáveis pela sua apresentação, que deverão recebê-las na COGEC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis. Decorrido esse prazo a SESA estará tacitamente autorizada a promover o destino que lhe aprovar.

12. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO

12.1. O objeto será recebido de acordo com as quantidades, características, especificações e condições estabelecidas neste instrumento;

12.2. As especificações técnicas definidas neste Projeto Básico constarão na nota de empenho;

12.3. O recebimento provisório consistirá na comparação entre as características, especificações técnicas do objeto e quantidades de acordo com a Nota Fiscal/Fatura sendo comparado com a nota de empenho e ordem de fornecimento.

12.4. O recebimento definitivo consistirá na comparação entre as características e especificações técnica do material e o folder / prospecto apresentado pelo fornecedor no momento da proposta, a ser avaliada por comissão de recebimento, nomeada pela Administração contratante, assim procedendo com a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação;

12.5. Deverá ser apresentada documentação fiscal em três vias, com os números dos lotes especificados por quantidade de cada produto entregue, especificando marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia/validade, preço unitário e preço total;

12.6. A(s) Nota(s) de Empenho e Ordem de Fornecimento deverão vir em anexo à(s) Nota(s) Fiscal(is) no ato da entrega do(s) produto(s) no almoxarifado, sob pena de devolução do mesmo pela Contratante;

12.7. Os produtos devem ser entregues com prazo de validade não inferior a 75% de sua validade contados a partir da data de entrega, para itens com validade definida;

12.8. Os produtos deverão ser entregues em embalagem individual, original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro da ANVISA/ Registro do Ministério da Saúde;

12.9. Todos os itens nacionais ou importados devem ter constado, nos rótulos, bulas ou manual de instruções, todas as informações em língua portuguesa;

12.10. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

12.11. As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, nome do responsável técnico, número do acondicionamento, dentre outros;

12.12. Produtos que possuem certificação compulsória do INMETRO, ou que tiver este, deverão ser entregues juntamente com a cópia da comprovação de certificação e o produto deverá apresentar o selo do INMETRO;

12.13. O transporte não pode ser realizado concomitantemente com produtos químicos, saneantes, inseticidas, óleos, tintas, alimentos in natura, etc.;

12.14. A contratada deverá observar que a transportadora dos itens deve ser autorizada para tal finalidade e que a mesma cumpra as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos;

12.15. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, conforme previsto na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 8.077/13, deverão apresentar a cópia do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária e apresentar em sua embalagem os dizeres "DECLARADO ISENTO DE REGISTRO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE";

12.16. Os materiais deverão ser transportados e entregues, devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos pelo Contratante;

12.17. No momento da descarga do material, o mesmo deverá ser separado, organizado e conferido pela contratada junto com a comissão de recebimento, havendo se necessário à abertura das caixas, para melhor conferência. Não será aceita entrega pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS).

12.18. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste Projeto Básico será recebido, mediante recibo, da seguinte forma:

- a.** Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade do material com suas especificações e quantidades;
- b.** Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. Se durante o uso do material a equipe técnica relatar má qualidade do produto e a equipe de avaliação técnica confirmar o fato, o material poderá ser devolvido.

12.19. Durante o prazo de garantia, a empresa obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer objeto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do mau uso

realizando a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

12.20. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13. PRAZO E LOCAIS PARA ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. O objeto deste instrumento deverá ser entregue em **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico;

13.2. O prazo acima se faz necessário em virtude da necessidade de cumprir com o prazo da determinação judicial;

13.3. Havendo necessidade de dilatação do prazo, deverá ser informado previamente à SAS, gerenciadora da aquisição, para autorizar ou não.

13.4. A Empresa deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de uso, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), localizada na Rodovia BR 156, Km 0, número 353, São Lázaro, CEP: 68908-440, devidamente acompanhados dos documentos constantes no item 12.6 deste Projeto Básico, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00min, 14:00 às 18:00, conforme agendamento prévio no e-mail caf@saude.ap.gov.br.

13.5. As despesas necessárias, tais como frete, seguros, carga e descarga, etc. ficam sob responsabilidade da contratada;

13.6. Considerar-se-á como data efetiva de entrega aquela aposta no atestado de conformidade emitido pela Comissão de Recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias;

13.7. No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s);

13.8. Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil e nem ético-profissional da contratada pelos prejuízos resultantes da inobservância das obrigações assumidas.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

14.2. Todas as ocorrências serão registradas, gerando relatório que será enviado aos fiscais do contrato e conforme avaliação destes poderá gerar em penalizações de acordo com as legislações vigentes e desclassificação do fornecedor em processos futuros da SESA.

14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da administração deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

14.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.5. Durante o período de fornecimento do objeto, a Empresa poderá manter preposto, aceito pela Administração contratante, para representá-la sempre que for necessário.

15. TERMO DE CONTRATO

15.1. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por contrato ou instrumento hábil, emitido após autorização de compra.

15.2. O contrato decorrente deste instrumento deverá ser assinado no prazo de validade deste.

15.3. O contrato decorrente poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da lei nº 8.666/1993.

15.4. Aplicar-se-á ao futuro contrato os mandamentos da lei nº 8.666/93, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

15.5. Os termos do futuro contrato vincular-se-ão estritamente as regras deste Projeto Básico, do Edital e seus anexos, e ao conteúdo da proposta do vencedor.

15.6. O fornecedor beneficiário do Contrato, ao ser regularmente convocado para assinar o instrumento contratual, deverá comparecer à SESA/AP no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades.

16. RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO

16.1. A Administração convocará oficialmente a empresa, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, aceitar e retirar a nota de empenho, sob pena de decair o direito à contratação;

16.2. O prazo acima se faz necessário em virtude da necessidade de cumprir com o fornecimento dos itens aos pacientes, de acordo com a ordem judicial.

16.3. O prazo da convocação não poderá ser prorrogado, em virtude de o material adquirido ser para o cumprimento de ordem judicial, o que se faz necessário ser entregue imediatamente;

16.4. A recusa injustificada do adjudicatário em receber a Nota de Empenho implicará no descumprimento total do compromisso assumido, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.5. O fornecedor será informado da ordem de fornecimento, nota de empenho e contrato através do e-mail sas@saude.ap.gov.br no e-mail informado no momento da assinatura do Contrato, sendo de responsabilidade da contratada acompanhar o recebimento da ordem de fornecimento no e-mail informado.

16.6. A entrega deverá obedecer à ordem de fornecimento que será anexa ao termo de contrato e nota de empenho.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado conseguinte a entrega do material por meio do Fundo Estadual de Saúde-FES, após entregue e aceito definitivamente a totalidade do objeto, mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-AP);

17.2. É condição para o processamento do pagamento, a apresentação por parte da empresa da(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) objeto(s) regularmente fornecido(s) acompanhado(s)

dos documentos de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS, à Procuradoria Geral do Estado e Ministério do Trabalho (CNDT), junto à administração contratante, para sua devida certificação, conforme disposto no Artigo 29 da Lei 8.666/93 e no Art. 7º do Decreto Estadual nº 1278, de 17 de fevereiro de 2011;

17.3. O pagamento será creditado em favor da empresa, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

17.4. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que, não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 01 (um) a 03 (três) dias úteis para a contratada fazer a substituição;

17.5. A Administração reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto;

17.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Proceder à entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico;

18.2. Responsabilizar-se pelo perfeito estado do objeto até a entrega definitiva;

18.3. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;

18.4. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido, informações sobre o produto, laudos técnicos de análise de produtos, e outras a qualquer tempo e/ou fases do procedimento licitatório;

18.5. Repor ou substituir, às suas expensas, os produtos com avarias, ou que não correspondam com o

solicitado neste Projeto Básico, imediatamente após notificação que lhe for entregue;

18.6. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

18.7. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até o local indicado no Anexo III deste Projeto;

18.8. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

18.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

18.10. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;

18.11. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.12. Comunicar à Administração qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

18.13. Manter-se, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com todas as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

18.14. Não transferir as obrigações assumidas, nem subcontratar terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando devidamente autorizada pela Administração contratante;

18.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus

empregados quando do fornecimento dos materiais ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Administração contratante;

18.16. Assumir, também, todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

18.17. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo de Aquisição;

18.18. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste instrumento, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

18.19. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

19.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.3. Proceder ao pagamento do objeto regularmente fornecido, no prazo e condições previstas neste Projeto Básico;

19.4. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações exigidas;

19.5. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto deste Projeto dentro das normas estabelecidas;

19.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

19.7. Designar servidor para recebimento e atesto do fornecimento;

19.8. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

19.9. Fiscalizar como lhe aprouver o fornecimento e a entrega dos materiais, através de comissão/servidor designado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Estarão sujeitas às penalidades administrativas previstas na Lei n.º 8666/93, a licitante e/ou contratada que:

- a. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho/Termo de Contrato;
- b. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- d. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e. Não mantiver a proposta;
- f. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo;
- h. Fizer declaração falsa;
- i. Cometer fraude fiscal.

20.2. A licitante e/ou contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, às seguintes sanções:

- a. **Multa moratória de 0,5%** (cinco décimos por cento) **por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais**, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos. Uma vez comunicados oficialmente, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b. **Multa compensatória de 10%** (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, **no caso de recusa injustificada em assinar o contrato** ou deixar de entregar a documentação

exigida no ato de sua assinatura;

c. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, **no caso de inexecução total do objeto;**

d. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

e. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amapá, pelo prazo de até cinco anos;

f. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. As sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do subitem 20.2 poderão ser aplicadas à empresa juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), no que couber, e, ainda, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 9.784/99;

20.6. A aplicação das penalidades é de competência dos respectivos órgãos contratantes, devendo tais ocorrências serem informadas aos setores/órgão competentes;

20.7. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas;

20.8. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/93 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

21. ESTIMATIVA DE CUSTOS

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **609,12 (Seiscentos e nove reais e doze centavos)**, para 6 meses, conforme se extrai da pesquisa de mercado elaborada pelo Núcleo de Cotação da Coordenadoria de Gestão de Compras- COGEC/SESA, que indicou a média dos preços praticados entre os fornecedores do ramo e a Administração Pública.

Macapá - AP, 03 de novembro de 2020.

Elaborado Por:

Revisado Por:

Izabelle Camões de Souza da Silva
Farmacêutica/SAS
CRF 246 AP
Matrícula: 0109053-4-01

Daniely Prado Barros
Superintendente de Atenção à Saúde
Decreto nº 1744/2020

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	REG. CATMAT	ESTIMATIVA MENSAL	ESTIMATIVA 6 MESES	20%	TOTAL
1	Valproato de sódio, composição: associado ao ácido valpróico, concentração: 333mg+145mg, forma farmacêutica: liberação prolongada.	400436	30	180	36	216 comprimidos de liberação prolongada
2	Oxcarbazepina, dosagem: 600mg, forma farmacêutica: comprimido	273256	30	180	36	216 comprimidos

ANEXO III – LOCAL DE ENTREGA

Unidade	Endereço	Horário	E-mail para agendamento
Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF	Rodovia BR 156, km 0, número 353, São Lázaro, CEP: 68908-440, de, conforme agendamento prévio no e-mail	segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00min, 14:00 às 18:00	caf@saude.ap.gov.br.